

CSA/Doc.03/1999

Aprovado na reunião plenária de: 1999-10-13

PARA A CONCEPÇÃO E PLANEAMENTO DA REDE NACIONAL DE ARQUIVOS

Nota prévia

Pretende-se, com o presente documento, dar início a uma reflexão alargada no sentido de definir as bases para o desenvolvimento de uma Rede Nacional de Arquivos (RNA), na convicção de que, independentemente dos aspectos formais de que a mesma se venha a revestir, o sucesso na sua implementação será largamente tributário da capacidade cooperativa que existir, desde logo, na fase de concepção e planeamento da mesma.

Um conjunto de questões conceptuais e práticas da RNA estão ainda por definir e é urgente clarificar – A que necessidades se pretende responder com a RNA? Que sentido se lhe deve dar? Que metas se pretende alcançar a curto, médio e longo prazo? Qual a melhor estratégia para o sucesso dos objectivos fixados e que modelo de organização a deverá sustentar? Que capacidades são requeridas para o desenvolvimento e implementação do projecto e para a gestão da Rede? Que fontes de financiamento poderão ser afectáveis à iniciativa?

Nesta indefinição, recursos existentes são subaproveitados ou incorrectamente direccionados; ao esforço de concretização de iniciativas diversas falta a teia agregadora capaz de lhe dar uma coerência global no universo de cada Arquivo e/ou na sua relação com outras entidades detentoras de património arquivístico. É, pois, imperativo dar forma de Projecto Nacional à RNA.

1. Necessidade, conceito e âmbito da Rede Nacional de Arquivos

A necessidade de promover a implantação de uma RNA, ou seja, de desenvolver mecanismos de articulação, cooperação e comunicação entre múltiplos repositórios do património arquivístico nacional, decorre sobretudo de uma crescente exigência de qualidade no acesso às fontes de informação arquivística requerida tanto pela comunidade científica nacional como pela comunidade arquivística, com eco nas opções da política do Governo expressas, nomeadamente, no *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*.

Alguns indicadores revelam a fragilidade da articulação que ainda hoje existe no seio da comunidade arquivística e que urge contrariar, processo em que o desenvolvimento de uma RNA poderá desempenhar um papel capital.

Basta lembrar a dispersão não só física como também, e sobretudo, intelectual de unidades arquivísticas com uma proveniência única e a dificuldade, se não mesmo impossibilidade, em localizar no decorrer de uma pesquisa materiais associados; a dificuldade em reconhecer e seleccionar os repositórios de fundos de arquivo pertinentes no âmbito de determinado projecto de investigação; a heterogeneidade ainda existente na apresentação ao utilizador de instrumentos de descrição e pesquisa; as disparidades existentes na qualidade dos serviços prestados pelos Arquivos ao longo do território, ou até a inexistência de Serviços de Arquivo em organismos que nem por isso deixam de ter à sua guarda importantes parcelas do património arquivístico nacional; a existência, nuns casos “marginal” noutros “quase oculta”, de determinados repositórios de informação arquivística que por tradição, pela especificidade dos seus materiais, ou simplesmente por se tratar de arquivos privados, estão fora do “roteiro” da comunidade científica nacional.

Alguns importantes passos foram dados pelo ex-Instituto Português de Arquivos e pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, no sentido da promoção da qualidade dos serviços prestados pelos Arquivos, prenúncios do propósito de implantação da RNA.

Destaca-se:

- Lançamento do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, iniciativa que visa criar condições de desenvolvimento de estruturas locais de arquivo, capazes de assegurar a boa conservação e eficiente comunicação do património arquivístico;
- Desenvolvimento do ARQUIV, aplicação informática que incorpora um sistema de descrição arquivística multinível, conforme às Normas Gerais Internacionais de Descrição em Arquivo (ISAD-G), que permite a introdução/alteração de descrições, controlo de qualidade, impressão de auxiliares de pesquisa e pesquisas complexas por consulta on line, local ou remota;
- Preparação e divulgação de documentos técnicos sobre instalação, organização e descrição de arquivos, e colaboração com a associação profissional (BAD) na difusão das ISAD-G e na tradução e difusão da Norma Internacional para os Registos de Autoridade Arquivística (ISAAR-CPF);
- Promoção do quadro de formação profissional contínua, com especial incidência nas áreas de organização e descrição de arquivos.

Nesta estratégia de execução da política arquivística nacional, que associa à cooperação entre os vários agentes envolvidos na gestão, preservação e comunicação do património arquivístico o efectivo apoio financeiro e, sobretudo, técnico aos Arquivos,

deve ser entendido o desenvolvimento futuro da RNA, uma rede de entidades que se reconhecem em objectivos comuns e que cooperam para a sua concretização.

É neste contexto que deve ser situado e equacionado o novo desafio que agora se coloca, o da criação de uma rede de informação arquivística que, potenciando o uso das tecnologias da informação e da comunicação, optimize as capacidades de pesquisa, proporcionando um acesso rápido e tendencialmente exaustivo ao conjunto do património arquivístico nacional.

Considerando o conceito e âmbito do “património arquivístico nacional”, tal significa a possibilidade de vir a integrar a rede toda e qualquer instituição que possua/custodie documentos de arquivo produzidos por entidades portuguesas, que se revistam de interesse cultural relevante, independentemente da data, forma ou suporte dos mesmos documentos.

Importa por último frisar que o desenvolvimento de uma solução que responda às necessidades específicas do património arquivístico não deverá processar-se por forma a inviabilizar a integração da RNA num sistema nacional de informação do património cultural.

2. Arquitectura da rede e infra-estrutura de ligação – alguns modelos

A aproximação tecnológica à implantação da RNA oferece um conjunto variado de soluções possíveis, cada qual fazendo apelo a diferentes requisitos, envolvendo custos e capacidades diferenciadas e, naturalmente, proporcionando um leque mais ou menos alargado de benefícios.

a)

Um modelo aberto de rede, uma rede informal, passaria pela recomendação do organismo de coordenação da política nacional de arquivos a cada entidade detentora para criar a sua própria página na Internet, a partir da qual facultaria acesso remoto às suas próprias fontes de informação. O acesso poderia ser iniciado na página do organismo de coordenação através do ficheiro nacional de autoridade arquivística, da responsabilidade daquele organismo, com ligação a todas as entidades detentoras que cooperassem na sua criação e desenvolvimento.

Este é um cenário de autonomia local plena, em que o organismo coordenador incentivaria os procedimentos normalizados, disponibilizando aos arquivos que o pretendessem um sistema de descrição arquivística desenvolvido de acordo com as normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), bem como os necessários apoios técnico e de formação.

A coerência da rede reconhecer-se-ia ao nível dos procedimentos arquivísticos implementados, requerendo-se à infra-estrutura tecnológica tão só a capacidade de proporcionar uma metodologia de tratamento e comunicação da informação conforme a normas internacionais ou nacionais que venham a ser definidas.

b)

Outro modelo passaria pela criação de uma rede privada de arquivos, acessível a partir de outras redes através de uma única porta de entrada, com ligação a servidores nacionais e regionais contendo bases de dados de instituições participantes locais, ou

com ligação directa às próprias instituições participantes com maiores volumes de informação e capacidade tecnológica.

As vantagens de um modelo deste tipo residem sobretudo na possibilidade de efectuar um real controlo sobre a qualidade da informação que circula na rede, nas potencialidades de pesquisa e nas facilidades de acesso às fontes de informação que pode oferecer. Um conjunto de requisitos teria, porém, de ser considerado à partida, como seja a fixação de protocolos físicos e lógicos, de normas de apresentação da informação na rede, de condições de adesão, de fontes de financiamento, de responsabilidades de monitorização e de gestão da rede.

Este modelo, sendo provavelmente a melhor opção de um ponto de vista puramente teórico, é também o que mais custos envolve, não só para instalar como também para manter a rede. Por outro lado, justificar-se-ia melhor num quadro de muito elevado nível de tráfego na rede, cenário que não cremos realista a curto prazo, presumindo que não haverá muitos arquivos nem um muito grande volume de registos aptos a entrar de imediato na rede.

c)

Uma terceira opção que merece ser considerada, e que de certa forma se situa entre o primeiro e o segundo modelos referidos, seria a integração da RNA numa rede privada já existente. Referimo-nos, concretamente, à Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), que surgiu para implementação da medida 3.1 contida no *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, e que se propõe oferecer uma “infra-estrutura tecnológica de ligação entre entidades detentoras de conteúdos culturais (museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação...), instituições formais de criação e difusão do saber [...], organismos de I&D [...] e entidades de criação e divulgação artística [...]”. A RCTS tem, precisamente, como objectivo “a prossecução de acções tendentes ao desenvolvimento das comunicações entre as comunidades científica, tecnológica e cultural”.

A viabilidade desta opção terá de ser aferida, bem como os termos da hipotética integração dos arquivos na rede, particularmente atractivos na medida em que libertem a comunidade arquivística da gestão da infra-estrutura tecnológica mas permitam uma normalização, em moldes a definir, dos conteúdos informativos que circulam na rede.

Esta solução, para além de potenciar a utilização de recursos já existentes e de integrar a rede de arquivos na Rede da Comunidade Científica Nacional, aparenta poder proporcionar algumas das vantagens que o modelo de rede privada de arquivos oferece, sem os problemas associados aos elevados encargos de gestão da infra-estrutura tecnológica.

3. Elaboração de Projecto de Recomendação

A multiplicidade de questões implicadas num projecto desta natureza sugere uma discussão simultaneamente política, técnica/arquivística e tecnológica na concepção e planeamento da RNA, discussão a que não devem deixar de ser chamadas entidades com responsabilidades directas na preservação/difusão do património arquivístico nacional em vários domínios de actividade, bem como organismos com responsabilidades ao nível da formação profissional, visto tratar-se de uma iniciativa que reúne condições para se tornar num veículo privilegiado de execução da política arquivística nacional.

Face ao que precede, propõe-se que seja constituído um grupo de trabalho multi-institucional e pluridisciplinar que sobre o tema aqui proposto desenvolva uma reflexão aprofundada, no sentido de preparar um projecto de recomendação sobre a formalização da RNA. Entende ainda sublinhar três ideias de base que desde já propõe à consideração do referido grupo de trabalho:

- a) O conceito de Rede Nacional de Arquivos deve residir menos na infra-estrutura tecnológica de ligação entre os Arquivos que na noção de cooperação entre instituições de Arquivo, promovendo a produção e disseminação de documentos normativos de apoio ao tratamento e comunicação do património arquivístico.
- b) Na actual conjuntura arquivística e tecnológica não se reconhecem condições para a criação de uma rede informática privada de arquivos.
- c) O objectivo estratégico da RNA deve residir na criação de condições para que cada Arquivo adopte procedimentos uniformes na criação de bases de dados descritivas ou na divulgação de instrumentos de pesquisa, colabore com o IAN/TT na elaboração de registos de autoridade arquivística relativos aos fundos que detém e disponibilize a sua informação na W.W.W.

Nos fundamentos do projecto de recomendação que vier a ser elaborado, deve o grupo de trabalho tomar em atenção não apenas uma avaliação dos custos/benefícios associados à solução de rede apresentada, mas também uma avaliação das suas condições reais de exequibilidade no presente contexto arquivístico e tecnológico, fundadas num conhecimento suficiente da situação actual, no que respeita à adesão prática às normas internacionais para descrição em arquivo e às disponibilidades existentes ao nível das tecnologias da informação e da comunicação.